

João Cruz Costa e o problema da universidade no Brasil

DANIEL LUCIO PETRONZELLI*

Pensador preocupado com a experiência histórica de seu país, e a relação desta com a história universal, João Cruz Costa sempre demonstrou, ao longo de sua trajetória intelectual, a importância desse objeto de investigação. Desde seu ingresso ao curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, em 1934, passando pelo período em que foi assistente do professor francês Jean Maugüé, entre 1937 e 1945, e professor do Departamento de Filosofia da USP, entre 1954 e 1965, até o seu falecimento, em 1978, transcorreram-se mais de 40 anos dedicados à pesquisa sobre a história do Brasil, em especial a sua história das ideias.

Embora tenha iniciado seus estudados de filosofia a partir da década de 1920[1], quase toda a trajetória intelectual de Cruz Costa, de 1934 a 1978, confunde-se com seu lugar de pertencimento: a Universidade de São Paulo, particularmente o seu Departamento de Filosofia. O discurso do autor tinha aí seu enraizamento, sua relação com o lugar de onde foi produzido – "Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma do *idiotismo*: meu patoá representa minha relação com um lugar" (CERTEAU, 1982: 65). Se "é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam" (CERTEAU, 1982: 67), todo o discurso de Cruz Costa estava articulado a partir dessa relação fundamental que, entre outras coisas, resultou na produção de um discurso particular sobre o próprio lugar: a Universidade.

Em função da problemática que fundamenta este trabalho, que pode ser sintetizado na discussão das ideias do filósofo João Cruz Costa em relação à sua visão de Universidade e de seu pertencimento e histórico institucional à Universidade de São Paulo, é significativa a reflexão sobre um sugestivo documento: *A universidade latino-americana: suas possibilidades e responsabilidades. Contribuição brasileira ao estudo do problema* (CRUZ COSTA, 1961), publicado pela Revista de História da Universidade de São Paulo, em 1961.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

[1] Os primeiros contatos com a filosofia surgiram a partir dos estudos com o professor Henrique Geenen (Psicologia e Lógica); posteriormente, em 1923, quando ingressou no curso preparatório para a Faculdade de Medicina em Paris, com os professores Georges Dumas, André Lalande, Léon Brunschvicg e Pierre Janet; e, por fim, em 1925, ao matricular-se na Faculdade de Medicina de São Paulo, onde estudaria por quatro semestres, com o professor Guilherme Bastos Milward.

Tal texto decorre da apresentação feita pelo autor no III Curso Internacional de Verão, de 9 a 15 de fevereiro de 1960, organizado pelo Conselho Inter-Universitário Regional, e patrocinado pelas Universidades da República do Uruguai, do Chile e de Buenos Aires.

O tema então proposto por Cruz Costa, e apresentado logo no título de seu texto, foi exposto pelo autor, no corpo de sua narrativa, em forma de pergunta. E é a partir dessa pergunta que abre-se, no presente trabalho, a problematização em torno da noção de Universidade em Cruz Costa.

> *Se, pois, tudo concorre para nos dar uma influência política com que devem contar as nações poderosas; se nesse mundo em transformação em que vivemos, novas são as perspectivas que se nos apresentam, que sentido deve ter a Universidade em nossos países? E se ela é, efetivamente, criadora de cultura – qual a sua responsabilidade e quais as suas possibilidades na América Latina na atual conjuntura histórica?* (CRUZ COSTA, 1961: 372)

De que maneira Cruz Costa organizou sua exposição para narrar uma das possíveis interpretações para esse problema? Logo no início de seu texto, ao afirmar as dificuldades para se refletir sobre a Universidade na América Latina, o próprio autor indicou a organização que seguiria: "não é fácil para um brasileiro que não está suficientemente informado sobre as origens, a evolução e a situação da Universidade hispano-americana, examinar o complexo problema [...]" (CRUZ COSTA, 1961:369). Foram a partir desses termos, isto é, das origens, da evolução e da situação (atual) da Universidade na América Latina, em especial no Brasil que o texto de Cruz Costa foi organizado. De qualquer maneira, o problema foi posto a partir de um ponto de vista histórico – "[...] quando a considero à luz da história de meu país [...]" (CRUZ COSTA, 1961:376).

A exposição do presente trabalho partirá, por assim dizer, do caminho inverso daquele proposto por Cruz Costa. Identificando a situação então atual da Universidade, buscar-se-á o significado e o sentido históricos que o autor tratou de enxertar no seu próprio lugar de pertencimento. É imprescindível salientar aqui que trata-se de interpretar a interpretação de Cruz Costa sobre a temática. Para tanto, adota-se no presente trabalho as orientações do historiador inglês Quentin Skinner.

> *O objetivo último desta abordagem, talvez valha a pena sublinha-lo, é pôr em causa qualquer distinção categoria entre textos e contextos. [...] Este ponto ganha em significado acrescido quando chegamos à conclusão que, partindo do princípio que o nosso mundo social é constituído pelos nossos conceitos, qualquer modificação bem sucedida no uso de um conceito constituirá ao mesmo tempo uma mudança no nosso mundo social.* (SKINNER, 2002: 165)

Ao reconstruir a interpretação de Cruz Costa, tentar-se-á, portanto, reconstruir o próprio contexto do autor. Aqui se faz necessária duas pequenas, e fundamentais, ressalvas. Tanto Skinner quanto Certeau chamam a atenção para não tratar os autores como absolutamente autônomos, isto é, o contexto não pode ser delimitado categoricamente pela interpretação individual do autor; caso contrário, recai-se novamente naquilo que Certeau criticou em Raymond Aron: "O privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável" (CERTEAU, 1982: 68). Essa afirmação de Certeau também é válida para o historiador atual, na medida em que seus procedimentos são testados e aprovados por seus pares, por sua comunidade, em suma "o que é uma 'obra de valor' em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares" (CERTEAU, 1982: 72). De qualquer maneira, Skinner também apontou criticamente para o reconhecimento da total independência do autor – "parece-me óbvio que esta minha abordagem deixa a figura tradicional do autor numa posição extremamente difícil. [...] Uma das implicações da minha abordagem é o fato de a nossa atenção recair não nos autores considerados individualmente, mas no discurso que é típico da época" (SKINNER, 2002:166); o que, talvez, poderia ser traduzido, estabelecendo uma comparação com Certeau, como o discurso de uma comunidade que identifica-se com seu contexto, sendo este não totalmente homogêneo já que há diferentes inclinações dentro da própria comunidade e, por certo, outras comunidades que se confrontam com esta. Mas esta maneira de olhar o passado, é preciso reafirmar novamente, é típica da historiografia atual, isto é, a interrogação que o historiador faz a si mesmo sobre o que está fazendo. E esta proposição será sempre considerada no presente trabalho – "O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas" (CERTEAU, 1982: 65); "A atitude que adoto aqui é a de um historiador praticante que está a refletir sobre a tarefa que tem em mãos" (SKINNER, 2002:1).

Ao estabelecer o problema de seu texto, Cruz Costa prontamente afirmou que a universidade é, ou pelo menos deveria ser, uma produtora de cultura. Já no final de sua exposição, dizia o autor sobre esse termo:

> *[...] se cultura é experiência viva, é ligação com as contingências da existência humana e, ao mesmo tempo, superação dessas contingências concretas pela inteligência; - ela é criação constante, e constante transformação e não estática abstração. Assim, pois, nós, partindo da experiência que é a nossa, também podemos criar e colaborar em um novo humanismo e não apenas nos apresentarmos, na história, como fornecedores de matérias primas...* (CRUZ COSTA, 1961: 409)

Parece permitido afirmar que essa experiência viva relaciona-se, segundo Cruz Costa, com uma experiência histórica. Talvez isso traduza aqueles termos utilizados pelo autor: origem, evolução e situação. A situação, ou experiência viva parece debruçar-se sobre a experiência histórica, origem e evolução, para refletir mais apropriadamente sobre os problemas atuais. Diante de tamanha empreitada, a função particular da Universidade seria "precisamente a modalidade mais clara dessa consciência" (CRUZ COSTA, 1961: 373); "pois de outro modo estaria destinada ao mais lamentável e ridículo dos fracassos" (CRUZ COSTA, 1961:373).

Em diferentes passagens, Cruz Costa ressaltou a importância dessa consciência, parecendo conferir ao termo uma conotação curiosa: enquanto tomada de consciência – "consciência dos problemas enfrentados" (CRUZ COSTA, 1961: 371). Consciência de nossos problemas então atuais e de nossos problemas históricos. De certa maneira, parece que Cruz Costa localizou historicamente o germe dessa possível tomada consciência: 1930.

> *O que se remodelara, porém, fôra a própria situação do país, acelerada pelo surto industrial decorrente das condições da vida econômica mundial. Um progresso de consciência se fizera sentir. Mais poderosa, a burguesia, que ora rumava do café para as grandes indústrias; mais consciente a pequena burguesia e procurando arregimenta-se o proletariado, - 1930 foi, com suas contradições, o fim de uma fase de cultura [...]*

Seja como for, a consciência então atual e a consciência histórica do país deveriam encontrar na universidade seu lugar de reflexão. Mas essa consciência sobre a cultura brasileira, que guardaria, segundo Cruz Costa, uma relação indissociável com a experiência história do Brasil trouxera sempre consigo uma marca determinante: desde o início da colonização brasileiro no século XVI, cultura e ensino sempre foram sinais, adornos - para utilizar uma expressão de Cruz Costa – de classe. Cultura e ensino sempre foram aspectos ligados as elites brasileiras; sinais de distinção entre os ricos letrados e a grande massa de ignorantes (CRUZ COSTA, 1951: 375). Em suma: havia, e talvez ainda haja, um divórcio entre povo e educação. "Assim: educação popular e Universidade são as verdadeiras criadoras de cultura. A Universidade é, pois, criadora de cultura quando não se afasta do povo" (CRUZ COSTA, 1961: 408).

A universidade, por certo, segundo Cruz Costa, deveria criar cultura e encontrar no povo brasileiro, isto é, naquele que plasmou a experiência histórica brasileira o seu objeto de reflexão. Mas qual foi a origem e a evolução do ensino brasileiro que, por diversas vicissitudes, conduziu o Brasil à esse então atual momento?

O ponto de partida da investigação de Cruz Costa foi o início da colonização da América. Entretanto, para abordar sobre a origem histórica da *Universidade*, Cruz Costa retornou, brevemente, a Idade Média. Observou que a *Universidade* foi uma instituição criada na Idade Média (CRUZ COSTA, 1961: 377), e acrescentou: "(quantas vezes fico a pensar nisto!) apresenta ainda, em nossos dias, mais de uma sobrevivência dessa época..."(CRUZ COSTA, 1961: 377). As *universidade*s medievais tiveram sua origem marcada pelas exigências políticas e sociais de sua época e nesta, a religião foi o centro da vida espiritual do homem, à qual subordinava todas as suas atividades (CRUZ COSTA, 1961: 378). Todos os estudos eram subordinados, então, à teologia. Concomitantemente o ensino do direito era também ministrado. "A teologia e o direito são, pois, desde as origens, os dois polos da Universidade" (CRUZ COSTA, 1961: 379). Contraditórios entre si, o direito, preocupado juridicamente com as relações sociais decorrentes da economia comercial, e a teologia, dedica à preparar os homens para as diferentes funções da Igreja e à estruturar ideologicamente a sociedade feudal, conviveram durante dois séculos sem entrarem em conflito. Foi somente com o surto do Humanismo, do acirramento da disputa entre os grupos que pretendiam a direção da sociedade, que surgiu um conflito entre dois ensinos conscientes de si. (SARAIVA, *apud* CRUZ COSTA, 1961: 379)

A *Universidade* portuguesa, continuava Cruz Costa, permaneceu, até o século XV, no interior desse quadro. Entretanto, comentou o autor: "no envolver do tempo, a instituição universitária iria, porém, adaptando-se, não sem grandes dificuldades e lutas, a outras exigências, nascidas de novas condições de vida social, econômica e política" (CRUZ COSTA, 1961: 378). Por um lado, as escolas humanistas foram organizadas, e se estendiam, com certa ligeireza, pela Europa, surgindo escolas na Itália, na Liga Hanseática, na França, em Portugal (CRUZ COSTA, 1961:378). Por outro, como reação à Reforma Protestante, eclodiu, no século XVI, a Contra-Reforma da Igreja. Uma interessante síntese entre teologia e humanismo se operou, e o Ratio Studiorum, da Companhia de Jesus, foi um exemplo dessa situação (CRUZ COSTA, 1961: 380-1). Ainda mais, a própria Companhia foi, segundo Cruz Costa, "uma notável criação do espírito aventureiro da época" (CRUZ COSTA, 1961: 382). A síntese havia criado um novo humanismo "todo feito de erudição e de latim" (CRUZ COSTA, 1961: 381), mais voltado para a retórica e o combate a Reforma do que para o livre exame, o espírito crítico da época. O combate ao protestantismo sufocou, nas universidades europeias, a

grande novidade renascentista e, por isso, o espírito filosófico permaneceu, em grande medida, escolástico.

> *Os humanistas, criaram ideias novas, acerbamente criticaram a filosofia escolástica, mas não conseguiram exercer decisiva influência sobre a velha estrutura da instituição universitária. Esta, até o século XVIII, podemos dizer, não sofreria profundas modificações. Na velha estrutura enxertaram-se as letras, mas manteve-se, como vimos, a escolástica, o mesmo espírito filosófico.* (CRUZ COSTA, 1961: 381)

Em particular, Portugal experimentou durante os séculos XV e XVI "as flâmulas do Espírito Crítico", como observou Garcia da Orta, por volta de 1515. Para Cruz Costa, a navegação exerceu um papel libertador. Ela conduziu os portugueses ao exame dos fenômenos naturais e dos fenômenos sociais. Assim perdiam os portugueses o caráter supersticioso da Idade Média; algumas autoridades, sobretudo Aristóteles, foram perdendo a força de outrora frente ao livre exame. Entretanto, o humanismo português não se consolidou (SÉRGIO, *apud* CRUZ COSTA, 1961: 371). O século XVII foi para Portugal, do ponto de vista intelectual, a restauração, definitiva, da Escolástica (Segunda Escolástica), levada à cabo pelos jesuítas (CRUZ COSTA, 1961: 381); e, do ponto de vista econômico, foi curioso, como observou Cruz Costa, que enquanto "se cobria com as glórias dos Descobrimentos, caminhassem para a sua decadência" (CRUZ COSTA, 1961: 382). Assim, a luta conta o protestantismo, e todo o livre exame, teria conduzido as universidades portuguesas a um sistema de ensino que privilegiou o caráter livresco e memorista, em contraposição as novidades renascentista (CRUZ COSTA, 1961: 385).

De acordo com Cruz Costa, o quadro cultural português era esse quando se iniciou a colonização do Brasil, perdurando até o século XVIII. "A colônia irá ressentir-se com tal legado" (CRUZ COSTA, 1961: 385). As novas condições de um novo mundo seriam, desde a origem, confrontadas com as ideias vindas de Portugal. Iniciou-se, como destacou Cruz Costa, o "laboratório de ideias" (CRUZ COSTA, 1961: 370) no Brasil.

Para Cruz Costa, tanto a *Universidade* Medieval quanto a *Universidade* do período da restauração da escolástica, e seus desdobramentos particulares na nova experiência histórica brasileira, não se ocuparam da educação das classes populares. À esse respeito, comentou Cruz Costa: "o que constituirá uma conquista tardia pela qual apenas algumas vezes, bem poucas, bem menos do que lhe cumpria, se interessou ou se tem interessado a Universidade" (CRUZ COSTA, 1961: 380). Além disso, à esse humanismo ligado com a teologia, e importado para o Brasil, acrescentou: "foi uma das razões de um certo formalismo do qual,

talvez ainda padeçamos**”** (CRUZ COSTA, 1961: 386). A cultura intelectual brasileira encontrou suas raízes nessa pedagogia.

> *O complexo conjunto de novas condições e circunstâncias que com o passar do tempo se imporia ao europeu ou aos seus descendentes na América, como que impunha que as ideias de importação, umas se perdessem e outras fossem aproveitadas, transformadas, ou afeiçoadas. Assim, os velhos moldes e instrumentos da cultura intelectual – e no caso, a Universidade – aqui dariam resultados raquíticos, canhestros, por não chegarem a traduzir o que de* ***novidade*** *existia na nossa experiência*. (CRUZ COSTA, 1961: 386)

A instituição de ensino não correspondeu adequadamente, segundo Cruz Costa, a essa novidade da experiência histórica brasileira. Os Colégios, incipientes faculdades de filosofia e de teologia (CRUZ COSTA, 1961: 395), e as escolas públicas fixaram no Brasil, à cargo dos jesuítas, a cultura europeia. Os missionários jesuítas acompanharam os aventureiros no empreendimento da colonização brasileira (CRUZ COSTA, 1961: 376). Seus ensinamentos, repletos ainda do espírito medieval, tenderam a criar clérigos, letrados e eruditos à serviço da religião. Aquele humanismo escolástico, que encontrou no Brasil um “desenvolvimento unilateral” (CRUZ COSTA, 1961: 382), por não incorporar as novidades de uma nova experiência histórica, criou “a cultura ornamental” (CRUZ COSTA, 1961: 388) da qual, como pensou Cruz Costa, ainda se valia a sociedade brasileira na década de 1960.

> *Essas escolas – universidades e colégios – fixaram na América, os padrões de uma cultura intelectual superior, de classe, mais ornamental que investigadora, não contribuindo senão em pequena parte para o nascimento de um verdadeiro espírito criador de cultura.* (CRUZ COSTA, 1961: 394)

A propagação e o ensinamento de uma filosofia (cristã) militante, incumbência dos jesuítas até o século XVIII, quando a vida cultural brasileira tomaria novos rumos, criou um sentido “unilateralista, imediatista” da inteligência do país. Em consonância com essa situação, afirmou Cruz Costa: “tal é, assim julgo, o fundo da concepção do mundo e do homem que os brasileiros herdaram da tradição portuguesa[...]”(CRUZ COSTA, 1961: 393). Foi a vinda de novas ideias, as ideias francesas, no século XVIII, que conduziu o ensino à um novo sentido (CRUZ COSTA, 1961: 404). A profissionalização, típica dos Enciclopedistas, solapou a vida intelectual brasileira, que no início do século XIX experimentou uma tentativa de ruptura completa com a escolástica do período colonial (CRUZ COSTA, 1961: 397).

A *Universidade* não encontrou espaço nessa nova importação de ideias. Segundo Cruz Costa: “a Universidade seria algo de estranho, de infecundo – de ornamental e sem significação – naquele ambiente **louisphilippard** do senhor D. Pedro II” (CRUZ COSTA, 1961: 399) Foi certo que algumas tentativas de se fundar uma *Universidade* no Brasil

ocorreram. No século XVII, na Bahia se buscou por essa realização. Mais tarde, no século XVIII, essa ideia retornou com a Inconfidência Mineira (CRUZ COSTA, 1961: 391). Mesmo com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, que alterou sensivelmente a vida cultural do país, e a proclamação da Independência, não se fundou a *Universidade*. As tentativas de 1842, 1870, 1887, 1881 de fixar no Brasil essa estrutura de ensino não encontraram êxitos (CRUZ COSTA, 1961: 398-9).

A República Velha também não esboçou interesse pela criação da *Universidade*. Ao contrário, estendeu-se o caráter de profissionalização do ensino, que, segundo Cruz Costa: "era – e ainda é – a regra" (CRUZ COSTA, 1961: 400). Surgiram novas escolas de engenharia, de agricultura, de medicina. À esse respeito, observou Cruz Costa: "as faculdades existentes no Brasil até a fundação da *Universidade* continuavam dirigidas para os interesses de diferentes profissões e não alargavam os horizontes de cultura" (CRUZ COSTA, 1961: 406). O Movimento Modernista, de 1922, e sua renovação artística e intelectual (CRUZ COSTA, 1961: 400), coincidiu com o desenvolvimento, ainda que incipiente, de uma sociedade industrial brasileira, que encontrou forças logo após a primeira guerra-mundial, e sobretudo com a crise internacional de 1929 e a decadência nacional do "General Café" (CRUZ COSTA, 1961: 401). Uma nova fase da história brasileira aí se iniciou (CRUZ COSTA, 1961: 400).

> *Assim, desde os últimos anos do Império até 1930, a cultura cientifica e literária brasileira foi assegurada pelos que passaram pelas nossas diversas Faculdades e escolas técnicas. Delas saíram durante mais de um século, os profissionais que constituiriam, até há pouco, a ciência brasileira[...] Do jornalismo e de grande número de autodidatas, provinha outra grande parte da elite intelectual brasileira.* (CRUZ COSTA, 1961: 405)

A *Universidade* deveria ser uma produtora de cultura. Parece que era essa a definição anunciada por Cruz Costa. Mas daí desprende-se a pergunta: o que Cruz Costa entendia pelo termo cultura? A cultura, segundo o autor, sempre foi o resultado da atividade de um povo; sempre foi o resultado da experiência histórica de um povo. Outras duas perguntas desprendem-se aqui: o que Cruz Costa entendia por experiência histórica e povo? Dessa maneira, a discussão em torno da *Universidade* encontrava-se, de fato, como pretendia Cruz Costa, sob o terreno da história. Em particular, a experiência histórica brasileira sempre trouxera consigo, como acima mencionado, a marca da separação entre a *Universidade* e o povo – ambos encontravam-se, ao que tudo índica, um de costas para o outro; a *Universidade* não via o povo como seu objeto de reflexão, e o povo não via a *Universidade* como a

organizadora, a produtora da síntese de sua atividade cultural. O filoneismo, a retórica, o formalismo, a cultura ornamental, a profissionalização do ensino eram, talvez, os aspectos desse divórcio entre *Universidade* e povo, que poderia encontrar sua conciliação, segundo Cruz Costa, quando a *Universidade* voltasse seu olhar sobre o povo brasileiro, fazendo deste seu material de reflexão. Para tanto, era necessário que, primeiramente, a própria *Universidade* tomasse consciência de seus problemas (históricos e presentes), "consciência de sua condição e de seu porvir" (CRUZ COSTA, 1961: 373), para que pudesse, logo a seguir, reconhecer sua responsabilidade e suas possibilidades então atuais. Parece que Cruz Costa anunciava, a partir de uma crítica geral, uma nova ideia de *Universidade*, "pois de outro modo estaria destinada ao mais lamentável e ridículo dos fracassos" (CRUZ COSTA, 1961: 373).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CRUZ COSTA, João. A universidade latino-americana: suas possibilidade e responsabilidades. *Revista de história*, nº46, 1961.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: questões metodológicas*. Algés: DIFEL, 2005.